

STJ00115067

VÓLIA BOMFIM

DIREITO DO TRABALHO

19.^a edição

Revista, atualizada e
ampliada



- A autora deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pela autora até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 27.05.2022
- A autora e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa; adaptação por Rejane Megale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

B683d
19. ed.

Bomfim, Vólia
Direito do trabalho / Vólia Bomfim. – 19. ed. – Rio de Janeiro: Editora Método, 2022.
1480; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5964-561-9

1. Direito do trabalho – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Título

22-78086

CDU: 349.2(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

SUMÁRIO

UNIDADE I DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO 1 – DIREITO DO TRABALHO (HISTÓRICO)	3
1. Trabalho	3
1.1. Origem da Palavra.....	3
1.2. Definição	3
2. Direito do Trabalho	3
2.1. Conceito.....	3
2.2. Características.....	5
2.3. Denominação	8
2.4. Divisão do Direito do Trabalho	8
2.5. Natureza Jurídica ou Taxonomia.....	9
3. Fundamentos e Formação Histórica.....	11
3.1. Fundamento.....	11
3.2. Histórico Mundial	12
3.3. Histórico no Brasil	16
3.4. Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.....	19
CAPÍTULO 2 – DIREITO DO TRABALHO	21
1. Publicização do Direito	21
2. Globalização e a Crise do Direito do Trabalho	22
3. Flexibilização e Desregulamentação.....	33
4. Princípio Constitucional da Condição mais Favorável como Limite à Flexibilização dos Direitos Fundamentais do Trabalho	42
CAPÍTULO 3 – FONTES DE DIREITO DO TRABALHO	51
1. Conceito de Fonte.....	51
2. Conceito de Fonte de Direito.....	51
2.1. Direito Positivo – Conceito.....	51
3. Importância do Assunto	52

4. Fonte de Direito do Trabalho	52
5. Tipos.....	53
5.1. Fontes Materiais de Direito do Trabalho.....	54
5.2. Fontes Formais de Direito do Trabalho	55
5.2.1. Fontes Formais Autônomas ou Profissionais.....	55
5.2.2. Fontes Formais Heterônomas, Imperativas ou Estatais	55
5.2.3. Fontes Formais e Hierarquia Formal.....	56
6. Análise das Fontes Formais de Acordo com a Hierarquia.....	57
6.1. Constituição	57
6.2. Lei.....	60
6.3. Decretos.....	62
6.4. Sentenças Normativas	68
6.5. Convenções Coletivas e Acordos Coletivos.....	68
6.6. Costume.....	69
6.6.1. Formas	69
6.7. Jurisprudência.....	70
6.7.1. Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes.....	72
6.7.2. Precedentes Normativos	73
6.7.3. Orientações Jurisprudenciais.....	73
6.7.4. Súmulas, Súmulas Vinculantes e Súmulas Impeditivas.....	75
6.7.5. Limitações Impostas pela Lei nº 13.467/17	77
6.8. Tratados e Convenções Internacionais.....	80
6.9. Equidade	88
6.9.1. Julgamento com Equidade e Julgamento por Equidade ...	90
6.10. Princípios Gerais de Direito.....	93
6.11. Regulamento de Empresa.....	93
6.12. Contrato de Trabalho	95
6.13. Laudo ou Sentença Arbitral.....	96
7. Hierarquia das Fontes no Caso Concreto.....	96
7.1. Formal.....	96
7.2. Material	96
7.3. Critério de Comparação.....	97

CAPÍTULO 4 – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO E DO DIREITO DO TRABALHO 103

1. Conceito de Interpretação.....	103
-----------------------------------	-----

1.1. Conceito Jurídico de Interpretação	104
2. Interpretação Constitucional – Conceito.....	104
3. Constituição	104
4. Sistemas Específicos de Interpretação Constitucional.....	105
4.1. Métodos de Interpretação Constitucional.....	105
4.2. Princípios de Interpretação Constitucional.....	106
4.3. Modalidades de Princípios de Interpretação Constitucional.....	107
4.3.1. Princípio da Supremacia Constitucional.....	107
4.3.2. Princípio da Unidade da Constituição	107
4.3.3. Princípio da Concordância Prática ou da Harmonização..	108
4.3.4. Princípio da Força Normativa da Constituição.....	108
4.3.5. Princípio da Máxima Efetividade ou da Eficiência.....	108
4.3.6. Princípio da Presunção de Constitucionalidade das Leis e dos Atos do Poder Público	109
4.3.7. Princípio do Efeito Integrador	109
4.3.8. Princípio da Interpretação Conforme a Constituição	110
4.3.9. Princípio da Proporcionalidade	114
4.4. Modernas Técnicas de Interpretação Constitucional.....	115
4.4.1. Controle de Constitucionalidade através da Interpretação Conforme a Constituição	115
4.4.2. Declaração de Inconstitucionalidade com Apelo ao Legislador.....	116
5. Hermenêutica Tradicional.....	117
6. Métodos de Interpretação e Escolas de Interpretação	118
6.1. Interpretação Tradicional, Gramatical ou Literal (Quanto aos Elementos ou à Natureza)	118
6.2. Interpretação Histórico-Evolutiva (Quanto aos Elementos ou à Natureza)	123
6.3. Interpretação Histórica (Quanto aos Elementos ou à Natureza) .	125
6.4. Interpretação Teleológica ou Lógica (Quanto aos Elementos ou à Natureza)	126
6.5. Interpretação Sistemática (Quanto aos Elementos ou à Natureza).....	128
6.6. Interpretação através de Pesquisa Científica	129
6.7. Interpretação Extensiva, Interpretação Restritiva e Interpretação Declarativa (Quanto ao Resultado da Interpretação).....	129
6.8. Interpretação Autêntica, Legislativa ou Legal (Quanto à Origem).....	130

6.9. Interpretação Doutrinária ou Privada (Quanto à Origem).....	131
6.10. Interpretação Judicial ou Jurisprudencial (Quanto à Origem).....	131
6.11. Da Interpretação em Favor da Liberdade.....	131
7. Interpretação do Direito do Trabalho.....	132
8. Interpretação das Normas Coletivas.....	132
CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO TERRITÓRIO, NO TEMPO E NO ESPAÇO	135
1. No Território.....	135
2. No Tempo	136
3. No Espaço – Direito Internacional Privado do Trabalho.....	136
3.1. Aplicação da Lei Trabalhista no Território.....	137
3.1.1. Trabalho Permanente em um só País.....	138
3.1.2. Trabalho Transitório ou Intermitente pela Natureza do Serviço Executado em Diversos Países por Período de até 90 Dias.....	139
3.1.3. Transferência Provisória Superior a 90 Dias	140
3.1.4. Trabalho Prestado às Pessoas de Direito Público Internacional ou Equiparados (OIT, ONU, Representações Diplomáticas, Embaixadas ou Consulados).....	142
3.1.5. Direito Marítimo e Aéreo.....	148
3.1.6. Itaipu	151
3.1.7. Lei nº 7.064/82.....	152
3.1.7.1. Teorias.....	153
3.1.8. Contrato e Norma mais Favorável.....	156
CAPÍTULO 6 – PRINCÍPIOS	157
1. Conceito de Princípio.....	157
2. Conceito Tradicional de Princípio de Direito.....	157
3. Conceito de Princípios Constitucionais.....	158
3.1. Eficácia dos Princípios Constitucionais.....	159
3.2. Regras e Princípios Constitucionais na Visão de Canotilho	162
3.2.1. Função dos Princípios para Canotilho	163
3.3. Funções dos Princípios para o Direito Moderno	164
3.4. Princípios, Regras e Valores Constitucionais na Visão Moderna Brasileira	166
4. Princípios × Fontes – Visão Trabalhista.....	168

5. Princípios Aplicáveis ao Direito do Trabalho	169
5.1. Princípios Universais de Direito do Trabalho.....	169
5.2. Princípios Gerais Constitucionais de Direito do Trabalho.....	170
5.3. Princípios Constitucionais Específicos de Direito do Trabalho.....	171
5.4. Princípios Gerais Aplicáveis ao Direito do Trabalho.....	172
CAPÍTULO 7 – PRINCÍPIOS DE DIREITO DO TRABALHO.....	173
1. Introdução	173
2. Espécies.....	175
2.1. Princípio da Prevalência da Condição mais Benéfica ao Trabalhador.....	175
2.1.1. Requisitos	176
2.1.2. Condição Favorável	176
2.1.3. Habitualidade na Concessão do Benefício.....	177
2.1.4. Concessão Voluntária e Incondicional.....	178
2.1.5. Inexistência de Impedimento Legal.....	180
2.1.6. Exceções ao Princípio da Prevalência da Condição mais Favorável ao Trabalhador.....	181
2.2. Princípio da Norma mais Favorável ao Trabalhador.....	183
2.3. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i> ou <i>In Dubio Pro Operario</i>	186
2.3.1. Requisitos	189
2.4. Princípio da Primazia da Realidade	191
2.5. Princípio da Intangibilidade e da Irredutibilidade Salarial.....	196
2.6. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	197
2.7. Princípio da Continuidade da Empresa, ou da Preservação da Empresa, ou Função Social da Empresa.....	198
2.8. Princípio da Inalterabilidade Contratual <i>In Pejus</i>	208
2.8.1. Outras Exceções.....	209
2.9. Princípio da Irrenunciabilidade e da Intransacionabilidade.....	211
2.9.1. Conciliação Judicial e Extrajudicial.....	227
2.9.2. Renúncias e Transações Previstas em Lei ou Toleradas pela Jurisprudência.....	227
2.9.3. Das Comissões de Conciliação Prévia e da Súmula nº 330 do TST	229
2.9.4. Renúncia e Transação de Direitos Privados.....	238
2.10. Princípio da Boa-fé.....	239

2.10.1. Princípio do Rendimento.....	240
2.11. Princípio da Alheabilidade ou <i>Ajenidad</i>	241
2.12. Princípio da Unidade, da Estabilidade ou da Segurança.....	242
CAPÍTULO 8 – RELAÇÃO DE EMPREGO	245
1. Natureza Jurídica da Relação de Emprego – Resumo das Teorias	246
1.1. Teoria Anticontratalista.....	246
1.2. Teoria Acontratalista ou Paracontratalista	248
1.3. Teoria Contratualista e Teoria Eclética ou Sincrética.....	249
1.3.1. Evolução Histórica da Teoria Contratualista	250
1.3.2. Teoria do Arrendamento ou Locação.....	250
1.3.3. Teoria da Compra e Venda	250
1.3.4. Teoria do Mandato.....	251
1.3.5. Teoria da Sociedade.....	251
CAPÍTULO 9 – REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	253
1. Conceito e Caracterização.....	254
2. Empregado Urbano ou Rural.....	255
2.1. Pessoalidade	255
2.2. Subordinação Jurídica	258
2.2.1. Subordinação Direta e Indireta.....	260
2.2.2. Subordinação Objetiva e Subjetiva.....	261
2.2.3. Parassubordinação.....	262
2.2.4. Subordinação Estrutural ou Integrativa	264
2.3. Onerosidade.....	265
2.4. Habitualidade ou Não Eventualidade.....	271
2.5. Risco do Negócio do Empregador.....	276
2.6. <i>Ajenidad</i> ou Alheabilidade ou Alienação	279
2.7. Exclusividade	282
CAPÍTULO 10 – TRABALHADORES E EMPREGADOS ESPECIAIS	283
1. Trabalhador Eventual	283
2. Adventícios.....	288
3. Autônomo.....	288
4. Profissionais Liberais.....	291

5. Trabalhador Avulso Portuário e Não Portuário.....	292
5.1. Trabalhador Avulso.....	292
5.2. Conceito.....	293
5.3. Avulso Portuário.....	297
5.4. Competência da Justiça do Trabalho.....	299
5.5. Trabalho Portuário.....	299
5.5.1. Breve Histórico.....	299
5.5.2. Princípios.....	300
5.5.3. Trabalho Portuário.....	303
5.6. OGMO.....	306
5.7. Instalações Portuárias.....	307
5.8. Trabalhador Portuário e Trabalhador Portuário Avulso.....	308
5.9. Direitos dos Trabalhadores Avulsos.....	309
6. Trabalhador Temporário.....	312
7. Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros.....	313
8. Relação de Emprego entre Pai e Filho e entre Parentes.....	314
9. Trabalhadores Intelectuais.....	314
10. Altos Empregados ou Empregados de Confiança.....	315
10.1. Conceito.....	315
10.2. Espécies.....	315
11. Pastor e Igreja ou Padre e Igreja.....	319
12. Representante Comercial.....	319
12.1. Conceito.....	319
12.2. Semelhanças e Distinções entre Vendedor Empregado e Representante Comercial.....	320
13. Cooperado x Cooperativa.....	322
13.1. Conceito.....	322
13.2. Natureza Jurídica.....	324
13.3. Princípios.....	324
13.4. Normas e Legislações Aplicáveis.....	325
13.5. Objetivo.....	327
13.6. Vínculo entre o Cooperado e a Cooperativa ou entre o Cooperado e o Tomador.....	327
14. Estagiário.....	329
14.1. Requisitos para a Validade do Estágio.....	330
14.2. Tipos de Estágio e Tempo Máximo de Duração.....	332

14.3. Jornada de Trabalho do Estagiário.....	332
14.4. Direitos do Estagiário após a Lei nº 11.788/08.....	333
15. Mãe Crecheira, Mãe Social, Mãe Substituta.....	333
16. Indígena.....	338
17. Trabalho Voluntário.....	339
18. Trabalho do Preso.....	340
19. Transportador Autônomo de Cargas.....	341
CAPÍTULO 11 – EMPREGADOS DOMÉSTICOS.....	345
1. Histórico e Regulamentação Legal.....	345
2. Contrato e Conceito.....	346
3. Eficácia dos Direitos Constitucionais do Empregado Doméstico.....	357
4. Direitos.....	359
4.1. Salário Mínimo.....	362
4.2. Irredutibilidade, Intangibilidade e Impenhorabilidade de Salário.....	368
4.3. Décimo Terceiro Salário.....	368
4.4. Repouso Semanal Remunerado e Feriados.....	369
4.5. Férias Acrescidas de 1/3.....	370
4.6. Licença-Maternidade, Paternidade e Estabilidade Gestante.....	374
4.7. Aviso Prévio, Contrato Determinado, Justa Causa e Verbas da Rescisão.....	378
4.8. Vale-transporte.....	381
4.9. FGTS e Seguro-Desemprego.....	381
5. Da Jornada, Intervalo e Adicional Noturno.....	382
6. Do Menor Doméstico.....	384
7. Da Prescrição para o Doméstico.....	385
8. Representação em Juízo.....	387
9. Documentos e Testemunhas.....	388
10. Sucessão.....	388
11. Normas Coletivas e Sindicato.....	389
12. Princípios.....	390
13. Contrato por Obra Certa – Construção ou Reforma de Imóvel.....	390
CAPÍTULO 12 – TRABALHADOR RURAL.....	393
1. Histórico.....	393
2. Campo de Aplicação.....	393

3. Conceito e Enquadramento Legal.....	395
4. Propriedade Rural e Prédio Rústico.....	403
5. Conceito de Empregador Rural.....	403
5.1. Consórcio de Empregadores Rurais.....	405
5.2. Grupo Econômico Rural.....	406
6. Trabalhadores Rurais.....	406
6.1. Contrato Misto.....	408
7. Distinções entre o Empregado Rural e o Urbano – Lei nº 5.889/73	409
7.1. Peculiaridades do Trabalhador Rural e Distinções.....	409
7.1.1. Aviso Prévio.....	409
7.1.2. Intervalo Interjornada.....	409
7.1.3. Intervalo.....	410
7.1.4. Horário e Adicional Noturno.....	410
7.1.5. Safrista.....	411
7.1.6. Utilidades.....	411
7.1.7. Moradia.....	412
7.1.8. FGTS e PIS.....	413
7.1.9. Salário-família.....	413
7.1.10. Insalubridade e Periculosidade.....	413
7.1.11. Discriminação a Idade.....	413
7.1.12. Enquadramento Sindical e Categoria Diferenciada.....	414
7.1.13. Prescrição Parcial.....	414
CAPÍTULO 13 – EMPREGADOR.....	421
1. Despersonificação do Empregador.....	421
1.1. Empregador – Empresa.....	421
1.2. Empregador “por Equiparação”.....	423
1.3. Empresa e Estabelecimento.....	425
1.3.1. Alienação do Estabelecimento. Trespasse. Visão Civil.....	427
2. Desconsideração da Pessoa Jurídica.....	428
2.1. Criação da Pessoa Jurídica.....	428
2.2. Pessoa Jurídica – Natureza Jurídica.....	428
2.3. Desconsideração da Pessoa Jurídica.....	429
2.3.1. Requisitos.....	431
2.4. Origem Histórica.....	431
2.5. Terminologia.....	432

2.6. Direito do Consumidor e Direito do Trabalho	432
3. Responsabilidade entre Sócio e Sociedade	433
3.1. Responsabilidade Ilimitada.....	434
3.2. Responsabilidade Limitada.....	435
3.3. Sociedade Limitada (Arts. 1.052/1.087 do Código Civil)	435
3.4. Teoria <i>Ultra Vires</i>	436
3.5. Responsabilidade Solidária ou Subsidiária entre Sócio e Sociedade	437
4. Grupo Econômico.....	438
4.1. Conceito.....	438
4.2. Grupo por Subordinação e por Coordenação	439
4.3. Requisitos para a Caracterização	444
4.4. Pessoas Físicas ou Jurídicas que Não Exploram Atividade Lucrativa	445
4.5. Solidariedade.....	447
4.6. Aspecto Processual	449

CAPÍTULO 14 – SUCESSÃO DE TITULARES DA EMPRESA OU DE EMPRESÁRIOS

1. Conceito.....	451
1.1. Nomenclatura.....	452
1.2. Transferência.....	454
1.3. Provisória ou Definitiva.....	456
1.4. Título Público ou Privado.....	456
1.4.1. Privatização ou Desestatização	457
1.4.2. Estatização.....	459
1.4.3. Substituição de Concessionário de Serviço Público	460
1.4.4. Desmembramento de Município	463
1.4.5. Cartórios Extrajudiciais.....	463
1.4.6. Leilão Público ou Hasta Pública	468
1.4.7. Lei	471
1.5. Formas Especiais de Sucessão	471
1.5.1. Liquidação Extrajudicial.....	471
1.6. Oneroso ou Gratuito	472
1.7. Sucessor Continua Explorando a mesma Atividade-fim que o Sucedido.....	472

1.8. Desnecessária a Continuidade da Prestação de Serviços do Empregado	473
1.9. O Sucedido fica Desonerado das Dívidas Trabalhistas após a Sucessão	474
2. Natureza Jurídica	475
CAPÍTULO 15 – TERCEIRIZAÇÃO	479
1. Terminologia	479
2. Conceito.....	481
3. Fundamentos.....	482
4. Divisão.....	483
5. Brasil – Histórico Legislativo	490
6. Estudos de Alguns Casos	492
6.1. Art. 455 da CLT	492
6.1.1. Dono da Obra.....	494
6.2. Lei nº 6.019/74.....	494
6.3. Lei nº 7.102/83.....	498
6.3.1. Diferenças: Vigilante, Segurança e Vigia.....	499
6.4. Art. 442, Parágrafo Único, da CLT – Sociedades Cooperativas	502
6.5. Administração Pública e o Art. 37, II, da CRFB.....	503
6.6. Súmula nº 331, III, do TST.....	505
6.7. Terceirização Geral ou Prestação de Serviços a Terceiros – Arts. 4º-A e ss. da Lei nº 6.019/74	506
7. Da Responsabilidade.....	508
7.1. Responsabilidade do Intermediador de Mão de Obra.....	508
7.2. Responsabilidade do Tomador de Mão de Obra.....	509
7.2.1. Tomador Privado	509
7.2.2. Tomador Público	509
7.2.3. Outros Casos Expressos.....	513
8. Direitos do Trabalhador Terceirizado.....	514
CAPÍTULO 16 – CONTRATO DE TRABALHO	517
Título I – Fases de Formação do Contrato	517
Título II – Contrato de Trabalho	522
1. Conceito.....	522
2. Contrato Intermitente	525

3. Denominação	530
4. Características.....	530
5. Morfologia ou Formação.....	532
CAPÍTULO 17 – REQUISITOS OU ELEMENTOS DO CONTRATO DE TRABALHO	533
1. Elementos Essenciais.....	533
1.1. Elementos Essenciais Extrínsecos	534
1.1.1. Agente Capaz.....	534
1.1.1.1. Idade	536
1.1.1.2. Emenda Constitucional nº 20/98	537
1.1.1.3. Idade para o Trabalho	538
1.1.1.4. Do Contrato de Trabalho do Menor de 16 Anos.....	539
1.1.1.5. Capacidade Relativa.....	544
1.1.1.6. Idade	544
1.1.1.7. Mulher	549
1.1.1.8. Menor Aprendiz.....	550
1.1.2. Objeto Lícito.....	553
1.1.2.1. Possibilidade Física do Objeto	559
1.1.2.2. Determinação do Objeto.....	560
1.1.3. Formação Proibida, Forma Prescrita ou Não Defesa em Lei e “Proibição Legal”.....	560
1.1.3.1. Estudo de Alguns Casos	564
1.1.3.2. Policial Civil, Militar	565
1.1.3.3. Condições Especiais.....	567
1.1.4. Ausência dos Requisitos Essenciais.....	567
1.1.4.1. Características da Nulidade Absoluta	568
1.1.4.2. Características da Nulidade Relativa – Art. 177 do CC	568
1.1.4.3. Restituição ao Estado Anterior – Art. 182 do CC..	568
1.2. Elementos Essenciais Intrínsecos (ou Requisitos Intrínsecos).....	569
1.2.1. Defeitos do Negócio Jurídico	569
1.2.1.1. Erro, Dolo e Coação.....	569
1.2.1.2. Consequência da Nulidade Relativa – Erro, Dolo e Coação.....	570

1.2.1.3. Estado de Perigo e Lesão.....	570
1.2.1.4. Simulação – Art. 167 do Código Civil.....	571
1.2.1.5. Fraude.....	572
1.2.2. Causa – Art. 140 do CC.....	572
2. Elementos Naturais.....	573
3. Elementos Acidentais.....	573
CAPÍTULO 18 – ESPÉCIES DE CONTRATO DE TRABALHO.....	575
Título I – Quanto ao Tempo (Contrato por Prazo Determinado).....	575
1. Teoria Geral e Regra.....	575
2. Forma.....	576
3. Hipóteses.....	577
4. Contrato a Termo ou sob Condição Resolutiva.....	578
5. Duração.....	583
5.1. Contrato com Prazo Superior ao Estabelecido em Lei	586
6. Prorrogação e Continuação.....	587
7. Suspensão, Interrupção e Estabilidade.....	589
8. <i>Dies ad Quem</i> do Contrato a Termo.....	591
9. Sucessão de Contratos a Termo.....	593
10. Requisitos para sua Validade.....	596
11. Tipos.....	597
11.1. Art. 443, § 2º, da CLT.....	597
11.1.1. Contrato de Experiência.....	597
11.2. Lei de Estímulo aos Novos Empregos – Lei nº 9.601/98.....	604
11.3. Obra Certa – Lei nº 2.959/56.....	606
11.4. Safra – Art. 14 da Lei nº 5.889/73.....	607
11.5. Artista – Lei nº 6.533/78.....	608
11.6. Técnico Estrangeiro – Decreto-Lei nº 691/69.....	608
11.7. Atleta Profissional – Lei nº 9.615/98.....	610
11.8. Contrato Temporário – Lei nº 6.019/74.....	611
11.9. Empregados Contratados ou Transferidos para Trabalho no Exterior – Lei nº 7.064/82.....	612
12. Contrato por Prazo Determinado com Cláusula Assecuratória de Rescisão Antecipada Recíproca	613
13. Extinção do Contrato por Prazo Determinado e seus Efeitos.....	613

13.1. Extinção Natural do Contrato a Termo – Contrato de Safra, Temporário e Obra Certa.....	616
14. Acordo Coletivo e Convenção Coletiva.....	618
Título II – Quanto aos Sujeitos Ativos (Número de Empregados)	618
15. Contrato de Equipe	618
15.1. Conceito e Características.....	618
Título III – Quanto à Continuidade	621
16. Contrato Intermitente.....	621
CAPÍTULO 19 – DURAÇÃO DO TRABALHO.....	623
1. Fundamento.....	623
2. Jornada e Horário de Trabalho.....	623
3. Trabalho Extraordinário.....	625
4. Tempo ou Trabalho Além do Limite Legal ou Contratual.....	625
4.1. Tempo à Disposição.....	625
4.1.1. Art. 4º da CLT.....	625
4.1.2. Horas <i>In Itinere</i> – Vigente antes da Lei nº 13.467/17	629
4.1.2.1. Itinerário Casa-Trabalho-Casa – antes da Lei nº 13.467/17.....	630
4.1.2.2. Empresa Situada em Local de Difícil Acesso ou Não Guarnecida por Transporte Público e “Regular” – antes da Lei nº 13.467/17.....	630
4.1.2.3. Condução Fornecida pelo Empregador – antes da Lei nº 13.467/17.....	631
4.1.3. Sobreaviso e Prontidão.....	631
4.1.4. Intervalo Não Previsto em Lei.....	635
4.1.5. Intervalo Não Concedido ou Suprimido	635
4.1.6. Intervalo Concedido Parcialmente.....	638
4.1.7. Trabalho Além da Jornada.....	639
4.1.7.1. Horas Extras Obrigatórias.....	641
5. Compensação de Jornada	641
5.1. Limite de Dez Horas por Dia.....	643
5.2. Limite de Duas Horas por Dia	644
5.3. Forma.....	645
5.4. Prazo Máximo.....	646
5.4.1. Condições Especiais	647

5.4.2. Empregado Público.....	647
6. Turnos Ininterruptos de Revezamento.....	647
7. Alteração da Jornada.....	650
8. Contrato por Tempo Parcial.....	652
9. Jornada Noturna.....	655
9.1. Hora Extra Noturna.....	656
10. Jornadas Especiais.....	657
10.1. Advogado.....	657
10.1.1. Acordo.....	658
10.1.2. Norma Coletiva.....	658
10.1.3. Exclusividade ou Dedicção Exclusiva.....	658
10.1.4. Conceito.....	659
10.1.5. Hora Extra e Noturna do Advogado.....	660
10.2. Engenheiros e Médicos.....	660
10.3. Digitadores.....	661
10.4. Telefonistas.....	662
10.5. Professores.....	662
11. Trabalhadores Excluídos.....	666
11.1. Constitucionalidade do Art. 62 da CLT.....	666
11.2. Excluídos.....	667
11.2.1. Empregado de Confiança que Tenha Padrão mais Elevado de Vencimentos.....	667
11.2.2. Função de Confiança.....	668
11.2.3. Primeiro Grupo – “Gerente”.....	669
11.2.4. Segundo Grupo – “Gerentão”.....	670
11.2.5. Percepção de Gratificação de 40% ou Majoração Salarial Correspondente a 40%.....	674
11.2.6. Terceiro Grupo – Diretores.....	676
11.3. Trabalhadores Externos.....	678
11.3.1. Primeiro Grupo.....	678
11.3.1.1. Trabalhador em Domicílio.....	679
11.3.1.2. Motoristas.....	680
11.3.2. Segundo Grupo.....	681
11.3.3. Terceiro Grupo.....	682
11.3.4. Anotação na CTPS da Condição de Trabalhador Externo.....	682
11.4. Teletrabalho.....	682

11.4.1. Alterações no Teletrabalho Trazidas pela MP nº 1.108/2022...	686
12. Adicional de Hora Extra (Cabimento) e Horas Extras Obrigatórias.....	691
12.1. Intervalo Intra jornada Suprimido	691
12.2. Art. 61 da CLT	692
12.2.1. Hora Extra Obrigatória.....	692
12.3. Ferroviário.....	695
13. Invalidez do Acordo de Compensação	695
14. Pré-contratação de Horas Extras.....	698
15. Valores dos Adicionais de Horas Extras.....	698
16. Supressão das Horas Extras.....	699
17. Base de Cálculo das Horas Extras e Integração	700
18. Cartões de Ponto.....	702
19. Sinopse.....	704
CAPÍTULO 20 – REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS	707
1. Breve Histórico.....	707
2. Denominação	708
3. Finalidade.....	708
4. Natureza Jurídica	708
5. Campo de Aplicação	709
6. Características do Descanso.....	710
7. Requisitos.....	711
8. Descanso Após o 7º Dia.....	714
9. Atividades Autorizadas a Funcionarem aos Domingos/Escala de Reve- zamento.....	716
9.1. Compensação de Jornada – Trabalho 12 × 12, 12 × 24 e 12 × 36 – Descanso Semanal	720
10. Trabalho em Dia de Repouso e Feriado.....	722
11. Feriados.....	723
12. Remuneração do Repouso Semanal.....	726
CAPÍTULO 21 – INTERVALOS INTRAJORNADAS E INTERJORNADAS.....	731
1. Conceito e Finalidade	731
2. Natureza Jurídica	731
3. Hipóteses.....	731
3.1. Intervalos Entrejornadas ou Interjornadas.....	731
3.2. Intervalos Intra jornadas	732

4. Intervalo para Repouso e Alimentação.....	732
4.1. Duração.....	732
4.2. Controle	735
4.3. Redução	736
4.4. Prorrogação do Intervalo e Concessão de Intervalo Não Previsto em Lei.....	738
4.5. Transação, Renúncia ou Supressão.....	738
4.6. Intervalo Trabalhado ou Concedido Parcialmente – Art. 71, § 4º, da CLT.....	739
5. Intervalo do Digitador	739
6. <i>Call Center, Telemarketing</i> ou Teleatendimento.....	740
7. Intervalo entre Dois Dias de Trabalho.....	741
8. Intervalo para Amamentação.....	741
CAPÍTULO 22 – FÉRIAS	743
1. Breve Histórico – Brasil	743
2. Aplicação	743
3. Conceito e Fundamentos	744
4. Natureza Jurídica	745
5. Período de Férias e Duração	746
6. Aquisição do Direito.....	750
7. Férias Proporcionais.....	751
7.1. Pedido de Demissão, Justa Causa e Convenção da OIT.....	752
8. Faltas no Período Aquisitivo	755
9. Concessão	757
9.1. Período de Concessão.....	757
9.2. Forma de Pagamento	758
9.3. Terço Constitucional.....	759
9.3.1. Terço Constitucional sobre o Abono	761
9.4. Concessão Fora do Prazo	761
10. Época das Férias – Períodos – Regra Especial	762
11. Fracionamento das Férias	763
12. Proibição de Trabalho a Outro Empregador.....	763
13. Comunicação das Férias e Época do Pagamento.....	764
14. Férias Coletivas	765
15. Abono de Férias.....	766

16. Efeitos da Cessação do Contrato de Trabalho	767
17. Prescrição	768
CAPÍTULO 23 – SALÁRIO	769
1. Salário	769
1.1. Conceito.....	770
1.2. Natureza Jurídica do Salário	770
2. Remuneração.....	771
2.1. Conceito.....	771
2.1.1. Gorjeta	771
2.1.2. Integração.....	777
2.2. Luvas e Bicho	779
3. Elementos do Salário	780
3.1. Breves Comentários às Modificações Trazidas pela Lei nº 13.467/17 ao Art. 457 da CLT	781
4. Salário-utilidade.....	783
4.1. Conceito e Requisitos	783
4.2. Pagamento em Dinheiro	785
4.3. Espécies e Valor da Utilidade	786
4.4. Descontos	789
4.5. Tipos de Utilidades	791
4.5.1. Alimentação.....	791
4.5.2. PAT (Lei nº 6.321/76).....	794
4.5.3. Etapa.....	794
4.5.4. Habitação.....	795
4.5.5. Transporte	796
4.5.6. Vale-transporte.....	798
4.5.7. Vestuário	800
4.5.8. Higiene, Previdência, Saúde, Educação e Lazer	802
4.5.9. Cultura	803
5. Gratificações.....	804
5.1. Gratificação de Função.....	807
5.2. Gratificação Semestral	809
5.3. Gratificação de Quebra de Caixa	809
5.4. Gratificação Natalina ou Décimo Terceiro Salário.....	810
5.5. Gratificação de Balanço ou Participação nos Lucros	814

5.6. Gratificação por Tempo de Serviço.....	816
6. Comissões	817
6.1. Vendedor Pracista e Representante Comercial – Comissões.....	822
7. Prêmio	824
7.1. Conceito.....	824
8. Ajuda de Custo e Diárias de Viagem	827
9. Complementação de Aposentadoria.....	828
10. Adicionais.....	830
10.1. Conceito.....	830
10.2. Tipos.....	831
10.2.1. Adicional Noturno.....	831
10.2.2. Adicional de Hora Extra	833
10.2.3. Art. 61 da CLT.....	834
10.2.4. Invalidez do Acordo de Compensação.....	836
10.2.5. Valores dos Adicionais de Horas Extras	837
10.2.6. Adicional de Insalubridade e Periculosidade.....	838
10.2.6.1. Introdução.....	838
10.2.6.2. Taxatividade	839
10.2.6.3. Insalubridade.....	842
10.2.6.4. Periculosidade	847
10.2.6.5. Enquadramento das Atividades Insalubres e Perigosas e Prova Pericial.....	850
10.2.6.6. Acumulação dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade	854
10.2.7. Adicional de Penosidade	855
10.2.8. Adicional de Transferência	855
11. Abonos.....	861
12. Verba de Representação.....	862
13. PIS-Pasep	863
14. <i>Stock Options</i>	864
15. Projeções ou Integrações	865
15.1. Considerações Gerais	865
15.2. Habitualidade	866
15.2.1. 13º Salário	866
15.2.2. Férias	868
15.2.3. Aviso Prévio e Parcelas da Rescisão Contratual.....	869

15.2.4. RSR	870
15.2.5. Comissionistas	871
CAPÍTULO 24 – AJUSTE E FIXAÇÃO SALARIAL	873
1. Fixação do Salário	873
1.1. Quanto ao Valor	875
1.2. Limitações ao Valor Mínimo do Salário	875
1.2.1. Salário Mínimo.....	876
1.2.2. Salário Mínimo Profissional Legal – Absoluto.....	880
1.2.3. Salário Mínimo Profissional Relativo	881
1.2.4. Salário Mínimo Normativo Sindical	881
2. Irredutibilidade Salarial – Flexibilização.....	881
3. Intangibilidade Salarial.....	886
3.1. Descontos Permitidos em Lei.....	887
4. Tipos de Salários.....	896
5. Pagamento do Salário	901
5.1. Periodicidade.....	901
6. Modo e Época de Pagamento do Salário.....	901
7. Moeda Estrangeira	903
8. Truck System.....	904
9. Retenção.....	904
10. Forma de Pagamento	905
11. Atraso no Pagamento do Salário.....	905
12. Prova do Pagamento do Salário	906
13. Cessão do Salário ou de Crédito Trabalhista.....	906
CAPÍTULO 25 – DANO	907
1. Conceito de Dano	907
1.1. Dano Reflexo ou em Ricochete.....	907
2. Indenização – Requisitos.....	908
2.1. Dano.....	908
2.1.1. Dano Patrimonial.....	909
2.1.2. Dano Emergente ou Positivo.....	909
2.1.3. Lucro Cessante ou Dano Futuro.....	910
2.2. Ato Ilícito.....	910
2.3. Abuso de Direito.....	911

2.4. Atividade de Risco	912
2.5. Nexo Causal	917
2.6. Nexo Concausal ou Concausa.....	917
3. Acumulação das Indenizações – Acidente de Trabalho.....	918
3.1. Benefício Previdenciário × Indenização por Acidente de Trabalho.....	918
3.1.1. Acidente de Trabalho sem Sequelas.....	918
3.1.2. Acidente de Trabalho com Sequela – Invalidez	921
3.1.3. Prescrição.....	927
3.1.4. Fluência do Prazo Prescricional.....	930
4. Dano Moral ou Extrapatrimonial	931
4.1. Espécies	931
4.2. Conceito.....	934
4.3. Transmissibilidade	942
4.4. Quantificação da Indenização do Dano Moral.....	942
4.4.1. Quantificação	943
4.5. Dano Moral Vertical e Horizontal	946
4.6. Dano Moral Coletivo	946
4.6.1. Direitos e Interesses Difusos	948
4.6.2. Direitos e Interesses Coletivos.....	948
4.6.3. Direitos e Interesses Individuais Homogêneos	950
4.7. Assédio Moral ou Psicoterrorismo.....	951
4.7.1. Reparação.....	953
4.8. Assédio Sexual.....	953
4.9. Correção Monetária e Juros de Mora Incidentes sobre o Valor da Indenização por Danos Morais.....	955
5. Descontos Indenizatórios por Dano Patrimonial	956
6. Limite de Desconto	957
CAPÍTULO 26 – IGUALDADE SALARIAL	959
1. Equiparação Salarial.....	959
1.1. Requisitos.....	959
1.1.1. Contemporaneidade	960
1.1.2. Mesmo Empregador	961
1.1.3. Identidade de Atribuições.....	962
1.1.4. Mesma Localidade × Mesmo Estabelecimento.....	964

1.1.5. Diferença de Tempo na Função Não Superior a Dois Anos a Favor do Modelo × Diferença de Tempo no Emprego Não Superior a Quatro Anos a Favor do Modelo.....	964
1.1.6. Identidade de Produtividade e Perfeição Técnica.....	965
1.1.7. Inexistência de Plano de Cargos e Salários com Previsão Alternada de Promoção por Antiguidade e Merecimento × Inexistência de Plano de Cargos e Salários, Podendo Conter Previsão de Promoção por Merecimento e/ou por Antiguidade	965
1.1.8. Mesmo Regime Jurídico e Empregado Público.....	967
1.1.9. O Modelo Não Pode Ser Empregado Readaptado.....	968
1.1.10. Desnível Salarial Originado de Sentença × Equiparação em Cadeia Vedada.....	968
1.1.11. Discriminação Salarial por Etnia ou Sexo	968
1.1.12. Número de Paradigmas.....	968
1.1.13. Ônus da Prova.....	969
2. Enquadramento e Desvio de Função	969
3. Salário-substituição	970
3.1. Conceito e Requisitos.....	970
4. Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro	972
5. Isonomia entre o Trabalhador Temporário e o Efetivo	973
CAPÍTULO 27 – SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	975
1. Suspensão e Interrupção.....	975
2. Suspensão.....	975
2.1. Conceito e Características.....	975
2.2. Obrigações das Partes Durante a Suspensão Contratual.....	977
2.3. Prescrição	978
2.4. Despedida Injusta no Curso da Suspensão.....	979
3. Hipóteses de Suspensão.....	980
3.1. Serviço Militar Obrigatório – Art. 472 da CLT.....	980
3.2. Encargos Civis Públicos.....	980
3.3. Mandato Sindical.....	980
3.4. Suspensão Disciplinar.....	981
3.5. Suspensão para Responder a Inquérito Judicial.....	981
3.6. Diretor Eleito de S/A	982
3.7. Greve – Lei nº 7.783/89	982
3.8. Auxílio-doença	983

3.9. Aposentadoria por Incapacidade Permanente	985
3.10. Licença-maternidade	985
3.11. Acidente de Trabalho.....	990
3.12. Suspensão para Curso	990
3.13. Faltas Injustificadas	991
3.14. Afastamento por até Seis Meses	991
3.15. Trabalho Intermitente	991
3.16. Suspensão Temporária do Contrato – Pandemia de Coronavírus	991
4. Interrupção do Contrato de Trabalho.....	993
4.1. Conceito.....	993
4.2. Hipóteses de Interrupção.....	993
CAPÍTULO 28 – SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – SAÚDE DO TRABALHADOR	997
1. Introdução	997
2. Meio Ambiente do Trabalho.....	997
2.1. Breve Histórico.....	997
2.2. Convenções da OIT.....	1000
2.3. Noções de Saúde e Segurança.....	1002
2.4. Meio Ambiente.....	1003
2.5. Princípios Ambientais Constitucionais.....	1003
2.6. Saúde e Segurança no Meio Ambiente do Trabalho.....	1004
3. Conclusão.....	1007
CAPÍTULO 29 – ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1009
1. Alteração das Cláusulas Contratuais.....	1009
2. Classificação das Alterações de Cláusulas Contratuais.....	1009
2.1. Obrigatória e Voluntária	1010
2.2. Quantitativa e Qualitativa	1012
2.3. Lícitas ou Ilícitas.....	1012
2.4. Alterações de Cláusulas Contratuais	1013
3. Novação	1023
4. <i>Ius Resistentiae</i> e <i>Ius Variandi</i>	1024
CAPÍTULO 30 – EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	1027
1. Terminologia	1027

2. Causas.....	1028
2.1. Extinção Normal.....	1028
2.1.1. Terminação Antecipada do Contrato a Termo	1029
2.1.1.1. Iniciativa do Empregador.....	1029
2.1.1.2. Iniciativa do Empregado.....	1031
2.1.1.3. Força Maior e Culpa Recíproca.....	1031
2.1.2. Contratos Submetidos a Condição Resolutiva	1032
2.2. Extinções Anormais – Espécies ou Modos	1032
2.2.1. Resilição.....	1033
2.2.2. Resolução.....	1033
2.2.3. Rescisão.....	1033
2.2.4. Força Maior.....	1034
2.2.5. <i>Factum Principis</i>	1035
2.2.6. Morte.....	1036
2.2.7. Extinção da Empresa, Fechamento ou Falência	1036
2.2.8. Aposentadoria	1037
2.2.9. <i>Ope Judicis</i>	1044
2.2.10. Extinção de Pleno Direito.....	1044
CAPÍTULO 31 – RESILIÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1045
1. Distrato.....	1045
2. Dispensa ou Despedida	1048
2.1. Conceito.....	1048
2.2. Natureza Jurídica	1049
2.3. Modo, Efeito e Tipos	1050
2.4. Requisitos.....	1050
3. “Pedido de” Demissão.....	1052
3.1. Conceito.....	1053
3.2. Natureza Jurídica	1053
3.3. Modo e Efeito	1053
3.4. Requisitos.....	1053
3.5. Penalidade Prevista no Art. 477, § 8º, da CLT.....	1056
3.6. Quitação Parcial.....	1061
CAPÍTULO 32 – AVISO PRÉVIO	1063
1. Histórico.....	1063

2. Conceito e Regras Gerais	1063
3. Forma.....	1066
4. Extinção do Contrato.....	1066
5. Natureza Jurídica	1067
5.1. Trabalhado.....	1067
5.2. Indenizado pelo Empregador.....	1067
5.3. Indenizado pelo Empregado	1069
6. Prazo e Retratação	1070
6.1. Contagem	1071
7. Finalidade.....	1071
8. Efeitos	1071
8.1. Empregado Urbano	1071
8.1.1. Jornada Reduzida ou Dispensa do Trabalho por Sete Dias	1071
8.1.2. Jornada Reduzida Não Concedida.....	1073
8.1.3. Integração ao Tempo de Serviço do Aviso Prévio Indeni- zado	1073
8.2. Empregado Rural	1074
8.3. Doméstico.....	1075
9. Prazo do Aviso Prévio.....	1075
10. Aviso Prévio Proporcional	1075
10.1. Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço	1076
10.2. Campo de Aplicação	1078
10.3. Prazo	1078
10.4. Aviso Prévio Trabalhado – Art. 488 da CLT.....	1079
10.5. Aviso Prévio Não Trabalhado – Conversão em Pecúnia: Integração ao Tempo de Serviço e Natureza	1079
10.6. Aplicabilidade ou Não das Demais Regras da CLT	1080
10.7. Renúncia – Súmula nº 276 do TST e Negociação Coletiva.....	1081
11. Contrato a Termo.....	1081
12. Cabimento	1081
13. Base de Cálculo do Aviso Prévio	1083
14. Estabilidade.....	1083
15. Justa Causa.....	1084
16. Professor	1084

CAPÍTULO 33 – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1087
Título I – Justa Causa	1087
1. Poder Disciplinar	1088
1.1. Teoria Penalista	1088
1.2. Teoria Civilista	1088
1.3. Teoria Administrativista.....	1088
1.4. Teoria do Direito Especial ou do Poder Especial.....	1088
2. Punições.....	1089
2.1. Gradação da Pena	1090
3. Tipos de Punição	1090
3.1. Advertência	1090
3.2. Suspensão.....	1090
3.3. Multa.....	1090
3.4. Justa Causa.....	1091
3.4.1. Sistema Legislativo	1092
3.4.2. Forma	1093
3.4.3. Tipos	1093
3.4.4. Requisitos para Aplicação da Justa Causa	1094
4. Estudo de Algumas Faltas.....	1105
4.1. Improbidade	1105
4.2. Incontinência de Conduta	1106
4.3. Mau Procedimento.....	1108
4.4. Negociação Habitual por Conta Própria ou Alheia Quando Constituir Concorrência a Empresa ou Negociação Habitual por Conta Própria ou Alheia Quando for Prejudicial ao Serviço.....	1110
4.5. Condenação Criminal Transitada em Julgado de Pena Privativa de Liberdade	1114
4.6. Desídia.....	1116
4.7. Embriaguez Habitual ou em Serviço	1119
4.8. Violação de Segredo da Empresa.....	1123
4.9. Insubordinação e Indisciplina	1125
4.10. Abandono de Emprego	1127
4.11. Ofensas Físicas contra o Empregador, Superior Hierárquico ou Qualquer Pessoa	1130
4.12. Atos Lesivos da Honra e da Boa Fama	1131

4.13. Prática Constante de Jogos de Azar	1132
4.14. Perda da Habilitação ou Requisitos para Exercer a Profissão	1133
4.15. Atos Atentatórios à Segurança Nacional.....	1134
4.16. Falta Contumaz de Pagamento de Dívida.....	1140
4.17. Greve Declarada Ilegal ou Abusiva.....	1141
Título II – Despedida Indireta.....	1142
5. Nomenclaturas.....	1142
6. Conceito.....	1142
7. Requisitos.....	1142
8. Forma.....	1144
9. Pedido Justo de Demissão	1147
10. Tipos.....	1148
10.1. Serviços Superiores às Forças do Empregado, Defesos por Lei, Contrários aos Bons Costumes ou Alheios ao Contrato.....	1148
10.2. Tratado pelo Empregador ou Superior Hierárquico com Rigor Excessivo.....	1150
10.3. Correr Perigo Manifesto de Mal Considerável	1150
10.4. Descumprimento das Obrigações do Contrato de Trabalho.....	1151
10.5. Redução de Trabalho por Parte do Empregador Quando este for por Peça ou por Tarefa	1153
10.6. Art. 407 da CLT.....	1154
Título III – Culpa Recíproca	1154
11. Requisitos.....	1154
Título IV – Obrigações Decorrentes da Extinção do Contrato de Trabalho.....	1156
CAPÍTULO 34 – ESTABILIDADE.....	1159
1. Estabilidade e Garantia de Emprego	1159
2. Conceito.....	1160
3. Classificação da Estabilidade	1160
3.1. Quanto ao Tipo ou Forma.....	1160
3.2. Quanto à Duração.....	1162
3.3. Quanto ao Procedimento de Dispensa.....	1163
3.4. Quanto ao Interesse.....	1163
4. Contrato por Prazo Determinado	1164
5. Cargos e Atividades que Não Ensejam a Estabilidade.....	1164

6. Extinção da Estabilidade.....	1165
7. Ajuizamento da Ação Depois de Decorrido o Período de Estabilidade.....	1166
8. Reintegração e Readmissão	1166
9. Interrupção e Suspensão Contratual.....	1167
10. Hipóteses.....	1168
10.1. Estabilidade Decenal e FGTS.....	1168
10.1.1. Estabilidade Decenal e a Constituição de 1988	1169
10.1.2. Características.....	1169
10.2. Estabilidade Sindical.....	1170
10.2.1. Dirigente de Associação Profissional.....	1170
10.2.2. Dirigente Sindical.....	1171
10.2.3. Requisitos para Aquisição da Estabilidade.....	1172
10.2.4. Exceções.....	1176
10.2.5. Inquérito Judicial.....	1177
10.2.6. Características.....	1178
10.3. Estabilidade da Gestante.....	1178
10.3.1. Conhecimento pelo Empregador.....	1178
10.3.2. Conhecimento pela Empregada	1179
10.3.3. Reintegração ou Indenização.....	1180
10.3.4. Interrupção da Gravidez ou Morte da Mãe.....	1181
10.3.5. Estabilidade – Contrato a Termo.....	1182
10.3.6. Doméstica.....	1183
10.3.7. Características.....	1183
10.4. Estabilidade do Titular da CIPA	1184
10.4.1. Criação e Extinção.....	1184
10.4.2. Representante dos Empregados.....	1186
10.4.3. Extinção do Estabelecimento e Transferência	1186
10.4.4. Características.....	1187
10.4.5. Ajuizamento da Ação após o Prazo da Estabilidade.....	1187
10.5. Estabilidade do Acidentado.....	1188
10.5.1. Empregados Excluídos.....	1188
10.5.2. Requisitos.....	1189
10.5.3. Acidente de Trabalho, Doença Profissional e Doença do Trabalho	1189
10.5.4. Comunicação do Acidente.....	1191

10.5.5. Cessação do Auxílio-Doença	1192
10.5.6. Alta Médica.....	1192
10.5.7. Constitucionalidade do Art. 118 da Lei n� 8.213/91	1192
10.5.8. Características	1193
10.5.9. Contrato de Experiência ou Contrato a Termo	1193
11. Outras Estabilidades	1193
11.1. Empregado Público – Art. 41 da CRFB	1193
11.2. Empregado Público – Art. 19 do ADCT.....	1199
11.3. Empregado Público e Servidor Público	1200
11.3.1. Empregado Público e Servidor Público.....	1200
11.3.2. Empregados Públicos Admitidos há Menos de 5 Anos da Constituição/88 sem Concurso Público e a EC n� 19/98..	1201
11.3.3. Lei n� 9.962/2000	1202
11.3.4. Regime Jurídico �nico e a Lei n� 9.962/2000.....	1204
11.4. Empregado Público de Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista.....	1205
11.5. Aprendiz – Art. 433 da CLT	1206
11.6. Membro do Conselho Nacional da Previdência Social	1206
11.7. Membro do Conselho Curador do Fundo de Garantia.....	1207
11.8. Membro da Comissão de Conciliação Prévia da Empresa	1207
11.9. Dirigentes Representantes dos Empregados nas Cooperativas ...	1207
11.10. Representantes dos Empregados nas Empresas com Mais de 200 Empregados	1208
11.11. Ato Discriminatório	1210
11.12. Leis Eleitorais.....	1211
11.13. Deficientes Físicos ou Reabilitados.....	1211
11.14. Portador do Vírus da AIDS.....	1214

**CAPÍTULO 35 – FGTS – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO E
INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO** 1217

Título I – FGTS	1217
1. Histórico.....	1217
2. Opção	1218
3. Cabimento	1221
4. Regime do FGTS	1221
4.1. Contas Vinculadas do FGTS.....	1222

4.1.1. Opção Simples – Lei nº 5.107/66.....	1223
4.1.2. Opção Retroativa – Prevista na Lei nº 5.958/73.....	1223
4.1.3. Opção com Transação – Prevista na Lei nº 5.107/66.....	1225
5. Administração do Fundo.....	1225
6. Natureza Jurídica do FGTS.....	1226
7. Exceção.....	1227
8. Base de Cálculo.....	1227
9. Indenização Adicional de 40%.....	1228
10. Conversão de Regime Jurídico.....	1229
11. Saques.....	1230
12. Prescrição do FGTS.....	1235
13. Expurgos Inflacionários.....	1236
Título II – Indenização por Tempo de Serviço.....	1238
14. Indenização por Tempo de Serviço.....	1238
15. Conceito.....	1239
16. Natureza Jurídica – Teorias.....	1239
16.1. Teoria do Crédito.....	1239
16.2. Teoria do Ressarcimento do Dano ou Assistencial.....	1240
16.3. Teoria do Risco Profissional, do Risco Criado ou da Teoria Objetiva.....	1240
16.4. Teoria da Previdência, Previdencial ou da Assistência Social.....	1240
16.5. Teoria da Pena ou Penal.....	1240
16.6. Teoria do Prêmio, Premial ou Prêmio Colaboração.....	1241
16.7. Teoria do Salário Diferido ou Retido.....	1241
16.8. Teoria do Abuso do Direito.....	1241
16.9. Teoria da Integração do Aviso Prévio.....	1241
17. Conclusão e Teorias Mistas.....	1242
CAPÍTULO 36 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1243
1. Breve Histórico.....	1243
2. Finalidade e Natureza Jurídica.....	1243
2.1. Introdução.....	1245
3. Prescrição.....	1245
3.1. Conceito.....	1245
4. Decadência.....	1247
4.1. Conceito.....	1247

4.2. Diferenças entre a Prescrição e a Decadência.....	1248
5. Normas Gerais de Prescrição.....	1249
6. Prescrição Trabalhista.....	1250
7. Espécies de Prescrição.....	1250
7.1. Extintiva.....	1250
7.2. Total.....	1251
7.3. Parcial.....	1252
8. Casos Especiais.....	1253
8.1. Menor.....	1253
8.2. Demais Casos.....	1254
9. Das Causas que Obstatam o Fluxo do Prazo Prescricional.....	1254
9.1. Interrupção.....	1256
9.2. Demora na Citação.....	1257
9.2.1. Ajuizamento da Ação.....	1258
9.2.2. Arquivamento.....	1258
9.2.3. Contagem do Prazo Interrompido.....	1259
9.2.4. Protesto Judicial.....	1260
9.3. Suspensão e Impedimento.....	1260
10. Contagem da Prescrição.....	1263
10.1. <i>Dies a Quo</i> (Termo Inicial da Contagem do Prazo).....	1263
10.1.1. Extintiva – Prazos – Jurisprudência.....	1263
10.1.2. Parcial – Prazos – Jurisprudência.....	1263
10.1.3. Total – Prazos – Jurisprudência.....	1263
10.2. <i>Dies Ad Quem</i> (Termo Final da Contagem do Prazo).....	1263
11. Arguição da Prescrição.....	1264
12. Prescrição Intercorrente.....	1265
CAPÍTULO 37 – PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	1267
1. Histórico da Proteção de Dados.....	1268
2. Aplicação da LGPD no Espaço.....	1271
3. Inaplicabilidade da LGPD.....	1271
4. Conceitos Trazidos pela LGPD.....	1273
5. Princípios da LGPD.....	1275
6. Sujeitos da LGPD.....	1276
6.1. Titular dos Dados Pessoais.....	1277
6.2. Controlador.....	1278

6.3. Operador	1278
6.4. Controlador por Equiparação	1284
6.5. Encarregado	1285
6.5.1. Conceito e Atribuições	1285
6.5.2. Questões Polêmicas Acerca do Encarregado	1286
7. Bases Legais para o Tratamento de Dados	1291
7.1. Pesquisa de Antecedentes (<i>Background Checks</i> e <i>Pre-Employment Vetting</i>)	1293
7.2. Utilização de Dados Biométricos dos Empregados	1295
7.3. Monitoramento de Redes Sociais	1297
7.4. As Relações de Trabalho e o Risco do Tratamento de Dados Pessoais Baseado no Consentimento	1297
8. Decisões Automatizadas	1299
9. Término do Tratamento de Dados	1301
10. Negociação Coletiva sobre Tratamento de Dados	1302
11. Responsabilidade Civil	1303

UNIDADE II

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

CAPÍTULO 38 – DIREITO COLETIVO	1307
1. Introdução	1307
2. Denominação	1308
3. Autonomia	1308
4. Definição	1309
5. Princípios	1309
5.1. Princípio da Liberdade Sindical	1309
5.2. Princípio da Preponderância do Interesse Coletivo sobre o Individual	1310
5.3. Princípio da Autonomia Coletiva ou Poder de Autorregulamentação	1311
5.4. Princípio da Busca do Equilíbrio Social ou da Paz Social	1311
5.5. Princípio da Adequação ou da Adaptação	1311
5.6. Princípio do Limite da Negociação Coletiva	1312
5.7. Princípio da Boa-fé ou da Lealdade entre os Negociantes	1321
5.8. Princípio da Intervenção Obrigatória dos Sindicatos	1322

5.9. Princípio da Equivalência entre os Negociantes.....	1322
5.10. Princípio da Atuação de Terceiros.....	1322
5.11. Outros Princípios.....	1322
6. Entes Coletivos – Histórico.....	1324
6.1. Resumo Cronológico.....	1327
7. Sindicatos.....	1327
7.1. Conceito.....	1327
7.2. Natureza Jurídica e Representação do Sindicato	1328
7.3. Condições de Registro e Funcionamento	1331
7.4. Forma de Custeio – Contribuições Sindicais	1332
8. Formas de Solução de Conflitos Coletivos	1333
8.1. Conflitos Coletivos do Trabalho	1335
8.2. Autodefesa ou Autotutela.....	1339
8.3. Autocomposição	1340
8.4. Heterocomposição	1341
9. Negociação Coletiva do Trabalho.....	1342
9.1. Conceito e Características.....	1342
9.2. Procedimento da Negociação Coletiva	1344
9.3. Classificação das Negociações Coletivas do Trabalho	1344
10. Formas Extrajudiciais de Solução dos Conflitos Coletivos de Trabalho	1346
10.1. Conciliação	1346
10.2. Mediação	1347
10.3. Arbitragem.....	1349
10.4. <i>Mini-trial</i>	1352
10.5. <i>Summary Jury Trial</i>	1353
10.6. <i>Early Neutral Evaluation</i>	1353
10.7. <i>Ombudsman</i>	1353
10.8. Tribunais Privados ou <i>Rent a Judge</i>	1353
10.9. <i>Fact-finding</i>	1354
10.10. Termo de Ajuste de Conduta	1354
10.11. Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho	1354
10.11.1. Conceito.....	1354
10.11.2. Natureza Jurídica – Teorias.....	1355
10.11.3. Duração, Pressupostos e Validade	1357
10.11.4. <i>Quorum</i>	1359

10.11.5.	Espécies de Cláusulas Coletivas.....	1361
10.11.6.	Efeitos das Cláusulas Coletivas sobre o Contrato de Trabalho	1361
10.11.7.	Peculiaridades do Acordo Coletivo	1364
10.11.8.	Conflito entre Acordo e Convenção Coletiva	1365
10.11.9.	Legitimados	1367
10.11.10.	Categoria e Base Territorial.....	1368
10.11.11.	Nulidade da Norma Coletiva	1370
10.12.	Contrato Coletivo de Trabalho	1372
11.	Poder Normativo na Justiça do Trabalho e a EC nº 45/04.....	1374
11.1.	Introdução	1374
11.2.	Poder Normativo da Justiça do Trabalho.....	1374
11.3.	Emenda Constitucional nº 45/04.....	1376
11.4.	Críticas.....	1377
11.5.	Dissídio Coletivo de Natureza Econômica por Mútuo Consentimento	1378
CAPÍTULO 39 – GREVE	1381
1.	Conceito.....	1381
2.	Origem da Palavra.....	1381
3.	Histórico.....	1382
3.1.	No Brasil	1382
4.	Natureza Jurídica	1383
5.	Finalidade.....	1384
6.	Suspensão do Contrato de Trabalho.....	1385
7.	Tipos de Greve.....	1385
8.	Requisitos.....	1387
9.	Legitimidade	1388
10.	Limitação do Direito de Greve.....	1388
11.	Greve Abusiva ou Ilícita.....	1390
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1393
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1407